

PANORAMA DO ANALFABETISMO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: UMA ABORDAGEM QUALITATIVA SOBRE A PLAUSIVIDADE DOS INDICADORES

OVERVIEW OF ILLITERACY AND FUNCTIONAL LITERACY OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN BRAZIL: A QUALITATIVE APPROACH ON THE PLAUSIVITY OF INDICATORS

PANORAMA DEL ANALFABETISMO Y LA ALFABETIZACIÓN FUNCIONAL DE JÓVENES Y ADULTOS EN BRASIL: UNA APROXIMACIÓN CUALITATIVA SOBRE LA PLAUSIVIDAD DE LOS INDICADORES

Adriano Menino de Macêdo Júnior¹
Helena Perpetua de Aguiar Ferreira²
Gledson de Paiva Ferreira³
Michel da Costa⁴
Elio Pessoa Cazuza⁵
Fabiano Rodrigues Marques⁶
Giselle Carmo Maia⁷

RESUMO: O objetivo deste trabalho é realizar um mapeamento panorâmico do perfil do analfabetismo e alfabetismo funcional na população jovem e adulta residente no Brasil, com recorte sincrônico de 2001 até 2020, por meio dos dados obtidos das seguintes plataformas: Indicador de Alfabetismo Funcional e Observatório do Plano Nacional de Educação. Os dados coletados no INAF revelam que, desde 2001 até o ano de 2018, os índices de analfabetismo no país caíram acentuadamente, enquanto os níveis de alfabetismo no Brasil progrediram de categoria ano após ano. O analfabetismo caiu de 12%, nos anos de 2001 e 2002, para 8%, em 2015. Com base no OPNE, o analfabetismo funcional, entre os jovens a partir dos 15 anos ou mais de idade, com taxas que variaram de 27%, em 2001, para 14%, em 2019. Conclusão: Diante disso, todos os documentos criados e implementados: os PCNs, a LDB, os DCNs, o PNE e a BNCC, a educação transfiguraram-se em uma nova realidade para a população brasileira. A luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que atinja a todos indistintamente, deve continuar, até que os indicadores de analfabetismo sejam zerados e os de alfabetismo funcional atinjam a totalidade da população brasileira.

81

Palavras-chave: Analfabetismo. Alfabetismo Funcional. Educação.

¹ Professor de Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, cientista e bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UERN. Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Linguística e Literatura – GPELL; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6367-1088>.

² Professora Mestre, na Faculdade de Educação – FE da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN; Doutoranda Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3901-6918>.

³ Licenciatura em Educação Física pela Universidade Metropolitana de Santos; Professor na Prefeitura Municipal de Praia Grande e mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental - Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4677-7141>.

⁴ Professor Doutor, no Programa de Mestrado Profissional - Práticas Docentes no Ensino Fundamental - Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES; Doutor em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5951-7870>.

⁵ Professor Doutor, nos cursos de graduação em engenharia civil e farmácia – centro universitário natalense – UNICEUNA; Doutor em Ciências climáticas pela universidade federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1722-9744>.

⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação pela Universidade da Maturidade – PPPGE/UFT. Licenciatura Plena em Educação Física – UNIRG/TO; Especialista em Fisiologia do Exercício – pela Universidade Veigas de Almeida – UVA/RJ; Professor no Instituto Federal de Educação do Tocantins – IFTO. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5436-9781>.

⁷ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação na Universidade da Maturidade – PPPGE/UFT, Especialista em Planejamento em Projetos Sociais – UNITINS e em Formação em Educação a Distância – UNIP. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4457-188X>.

ABSTRACT: The objective of this work is to conduct a panoramic mapping of the profile of illiteracy and functional literacy in the young and adult population residing in Brazil, with a synchronic cut from 2001 to 2020, through data obtained from the following platforms: Indicador de Alfabetismo Funcional and Observatório of the National Education Plan. Data collected at INAF reveal that, from 2001 to 2018, illiteracy rates in the country fell sharply, while literacy levels in Brazil progressed by category year after year. Illiteracy fell from 12%, in 2001 and 2002, to 8%, in 2015. Based on the OPNE, functional illiteracy, among young people aged 15 or over, with rates ranging from 27%, in 2001, to 14%, in 2019. In view of this, all documents created and implemented: the PCNs, the LDB, the DCNs, the PNE and the BNCC, education are transformed into a new reality for the population Brazilian. The fight for a public, free, and quality education, which reaches everyone without distinction, must continue, until the illiteracy indicators are zeroed, and the functional literacy indicators reach the percentage of 100%.

Keywords: Illiteracy. Functional Literacy. Education.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es realizar un mapeo panorámico del perfil de analfabetismo y alfabetización funcional en la población joven y adulta residente en Brasil, con un corte sincrónico de 2001 a 2020, a través de datos obtenidos de las siguientes plataformas: Indicador de Alfabetismo Funcional y Observatório del Plan Nacional de Educación. Los datos recopilados en INAF revelan que, de 2001 a 2018, las tasas de analfabetismo en el país cayeron drásticamente, mientras que los niveles de alfabetización en Brasil progresaron por categoría año tras año. El analfabetismo cayó del 12%, en 2001 y 2002, al 8%, en 2015. Con base en la OPNE, analfabetismo funcional, entre jóvenes de 15 años y más, con tasas que van del 27%, en 2001, al 14%, en 2019. Frente a esto, todos los documentos creados e implementados: los PCN, la LDB, las DCN, el PNE y el BNCC, la educación se transforma en una nueva realidad para la población brasileña. La lucha por una educación pública, gratuita y de calidad, que llegue a todos sin distinción, debe continuar, hasta que los indicadores de analfabetismo se pongan a cero y los indicadores de alfabetización funcional alcancen el porcentaje del 100%.

Palabras clave: Analfabetismo. Alfabetización Funcional. Educación.

1. INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil é longa e complexa, com várias fases marcantes ao longo dos séculos. Desde a época colonial até os dias atuais, a educação tem sido uma questão fundamental para o desenvolvimento do país e para a formação da sociedade brasileira. No período colonial, a educação no Brasil era restrita aos jesuítas, que mantinham escolas para a formação de padres e para a instrução dos filhos da elite colonial. No entanto, com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação ficou ainda mais limitada e fragmentada (ALMEIDA, 2018; PADOVAN, 2018; DOURADO, 2018).

Com a chegada da família real portuguesa em 1808, houve uma tentativa de modernização da educação no país, com a criação de escolas e instituições de ensino superior. No entanto, a educação continuou a ser elitista e pouco acessível à maioria da população. Durante o século XIX, a educação passou por diversas transformações, com a criação de escolas públicas, a expansão do ensino primário e a criação de instituições de ensino superior.

No entanto, o acesso à educação ainda era limitado, especialmente para as camadas mais pobres da população (ALMEIDA, 2018; PADOVAN, 2018; DOURADO, 2018).

Já no século XX, na década de 1920, surgiu um movimento de renovação pedagógica, liderado por educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que buscavam introduzir uma educação mais democrática e voltada para a formação integral do indivíduo. Esse movimento culminou na criação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. A partir da década de 1960, houve uma ampliação do acesso à educação, com a criação de novas escolas, universidades e programas de alfabetização. No entanto, a qualidade da educação continuou a ser um desafio, especialmente em relação à formação de professores e à estruturação dos sistemas de ensino (ALMEIDA, 2018; PADOVAN, 2018; DOURADO, 2018).

Com o passar do tempo, e sobretudo nos últimos anos, a educação no Brasil tem sido marcada por uma série de reformas e políticas públicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014. Ainda assim, há desafios a serem enfrentados, como a redução das desigualdades regionais e sociais no acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis (ALMEIDA, 2018; PADOVAN, 2018; DOURADO, 2018).

Já mais recentemente, nos últimos anos do século passado, em 20 de dezembro de 1996, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) promulga a Lei de Diretrizes Básicas (LDB – 9.394/96) que, daquele momento em diante, passa a estabelecer as bases da educação nacional. Consoante Macêdo Júnior *et al.* (2021, p. 2), “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior. A LDB é a mais importante lei brasileira que se refere à educação (MACÊDO JÚNIOR *et al.*, 2021).

Considerando a importância que a LDB apresentou desde a sua origem, e o seu impacto para a educação básica desde o seu surgimento, o Brasil não conseguiu universalizar essa lei em toda a sua extensão territorial. Como toda lei, princípios devem ser fundamentados e garantidos. Partindo disso, poderíamos citar uma das diretrizes da Lei nº 8.080, que promulga o Sistema Único de Saúde (SUS), de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para a saúde do povo brasileira. Por conseguinte, esta lei tem como uma das suas principais diretrizes a

universalização de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência para a população brasileira.

Retomando a discussão da LDB, destacamos que ela também tem como princípio norteador a universalização, mas agora de outro direito importante: a educação básica em todo o Brasil, amparada a “artigo 4º, inciso I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio.” Ou seja, a LDB respalda a educação para todos os cidadãos brasileiros, independentemente de sua raça, idade, condição social, sexo, entre outras variáveis. Contudo, por motivos já bem óbvios, a universalização da educação básica não abrange toda a extensão territorial do país, e quando chega para a minoria, inúmeros fatores de desordem implicam na não adesão ao ensino, seja por parte dos Estados ou por parte da própria população que necessita.

Delimitado o tema do presente manuscrito, partimos então para a problemática da pesquisa descritiva, a qual fundamentaremos com perguntas norteadoras que serão respondidas hipoteticamente mais a frente: se a LDB fomenta a educação básica em todo o Brasil, por que os índices de analfabetismo ainda continuam a crescer e pouco diminuem? Por que a curva do alfabetismo funcional da população jovem e adulta ainda não atingiu o seu pico máximo e a linha de tendência não se apresenta nos resultados de forma inclinada? Quais são os fatores que implicam a população a evasão escolar, corroborando com os altos índices de analfabetismo? Por que é tão difícil a educação chegar para todos?

84

Diante da problemática do analfabetismo e alfabetismo funcional de jovens e adultos, no Brasil, é que justificamos a importância desta pesquisa. Ao realizar um panorama sobre esses dados, apresentando o quantitativo numérico desses indicadores, revelamos para a comunidade acadêmica a magnitude do fenômeno do analfabetismo e alfabetismo funcional na população jovem e adulta do Brasil. E por conseguinte, a abordagem qualitativa dará conta de tentar explicar esses fenômenos, ainda que de forma exata, com base no estado da arte, e hipotética, revelando mais uma importância deste estudo. Como destaca o INAF: “O analfabetismo funcional está diretamente ligado às falhas históricas do sistema educacional. Nesse cenário, além de cobrar por melhorias na qualidade da Educação, cabe à sociedade o importante papel de transformar os espaços e contextos não escolares em ambientes promotores de aprendizagem.”

Com efeito, com a criação e implementação da LDB, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), do Plano Nacional de

Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação cada vez mais se solidifica e se torna realidade nas mais diversas regiões do país. Assim, o objetivo deste trabalho é realizar um mapeamento panorâmico do perfil do analfabetismo e alfabetismo funcional na população jovem e adulta residente no Brasil, com recorte sincrônico de 2001 até 2020, por meio dos dados obtidos das seguintes plataformas: Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE).

2. METODOLOGIA

Com base nos objetivos propostos, esta pesquisa se classificou, predominantemente, no método descritivo, com base no aporte teórico de Gil (2002, p. 42):

[...] As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação dos seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra, etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.

Sendo assim, a metodologia descritiva é uma abordagem de pesquisa cujo objetivo é descrever e interpretar fenômenos, situações ou comportamentos de interesse. Ela busca fornecer uma visão precisa e completa de um determinado tema ou objeto de estudo, sem se preocupar em explicar as causas subjacentes ou estabelecer relações causais. Neste levantamento, vamos explorar em mais detalhes o que é a metodologia descritiva, suas principais características, vantagens e desvantagens, bem como as etapas para realizar uma pesquisa descritiva (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 187). Em suma, o método descritivo consiste em observar, descrever, classificar, analisar e interpretar as características de determinado fenômeno ou objeto de estudo de forma sistemática e objetiva, buscando compreender suas características e significados.

A principal característica da metodologia descritiva é sua ênfase na coleta de dados objetivos e precisos sobre o tema de estudo. A análise desses dados tem como objetivo fornecer uma descrição precisa do fenômeno ou situação estudada, sem buscar estabelecer

explicações causais. Assim, tal metodologia se concentra em fornecer uma visão ampla e detalhada de um determinado tema, explicitando suas principais características, comportamentos, tendências e padrões. Diante do exposto, buscamos identificar o fenômeno do analfabetismo e alfabetismo funcional de jovens e adultos no Brasil, sob a ótica de um panorama, delimitando-se aos índices equivalentes. Os índices quantitativos são oriundos das seguintes plataformas: Indicador do Alfabetismo Funcional (INAF) e Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE), filtrando as seguintes variáveis:

Variáveis INAF: “Alfabetismo no Brasil”

Passo a passo no INAF: acessar o site do INAF (<https://alfabetismofuncional.org.br/>); selecionar “resultados Inaf”; “alfabetismo no Brasil.”

Variáveis OPNE: “Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais”; “Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 a 64 anos”; e “taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais”.

Passo a passo no OPNE: acessar o site do OPNE (<https://www.observatoriodopne.org.br/>); selecionar “Acompanhe o PNE”; escolher a meta 9: “Alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos”.

O método descritivo, predominante no presente trabalho, dá conta de explicar como os elevados de índices de analfabetismos foram decrescentes nas últimas décadas do recorte temporal. Sendo assim, a presente pesquisa descritiva se justifica em descrever como se deu o processo de alfabetização nas últimas décadas, para tanto, a abordagem quantitativa⁸ dos números expostos nas tabelas e gráficos ao longo do trabalho são corroborados por análises qualitativas⁹, quando buscamos estabelecer uma relação entre os indicadores numéricos com possíveis fatores sociais, implementações de políticas públicas que os desencadearam.

É importante destacar aqui que o presente objeto de estudo foi selecionado, levando em consideração umas das dicotomias¹⁰ de Ferdinand Saussure, a sincronia¹¹, sobre a qual Faraco (2006, p. 95) vai afirmar o seguinte: é um método de estudo “estático” de um objeto específico, no caso aqui em questão, o panorama do analfabetismo e alfabetismo funcional de jovens e adultos no Brasil. Barbosa (2013, p. 29) afirma o seguinte sobre sincrônica:

⁸ “Este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas” (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 6).

⁹ “Pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise” (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008, p. 6).

¹⁰ “A palavra dicotomia, no grego, quer dizer divisão em partes iguais”. De acordo com a proposta saussuriana para os estudos linguísticos, uma dicotomia se trata de um conceito interrelacionado a outro.

¹¹ “Outro princípio metodológico bastante aceito entre os linguistas e decorrente também da separação diacronia/sincronia é o que o estudo sincrônico precede sempre o estudo diacrônico. Entende-se que, para apontar as transformações ocorridas, por exemplo, no português entre o século XIII e o século XX, é preciso comparar diferentes estados da língua que devem ser previamente caracterizados como tais. Deve-se, assim, investigar estatisticamente o português do século XIII/XIV, o português do século XV/XVI e assim por diante, até o português do século XX, para então comparar cada estado, revelando as mudanças ocorridas. O limite de um estado sincrônico é, na prática, indeterminado. Segundo Saussure (p. 118), pode ser de dez anos, uma geração, um século e até mais. Trata-se, na verdade, como já foi dito, de uma abstração, cujo critério, para garantir a necessária estabilidade do sistema, é o de que o estado sincrônico cubra um espaço de tempo mais ou menos longo, durante o qual a gama de modificações ocorridas seja mínima” (FARACO, 2006, p. 99).

A sincronia diz respeito à ausência de elementos temporais numa descrição linguística. Essa palavra é uma composição do grego *syn* – juntamente e *chronos* – tempo, cujo significado é “ao mesmo tempo”. Em uma proposta sincrônica para a análise linguística, a atenção é posta num dado momento do tempo. Isso não quer dizer que se trata apenas de uma descrição da língua no tempo presente. O estudo do português do tempo de Luis de Camões é considerado um estudo sincrônico. Para Saussure, a linguística deve se preocupar com a descrição sincrônica da língua. Ele argumenta que esta, e não a diacronia tem princípios de regularidades. Para explicar esse paradigma, ilustra como jogo de xadrez, justificando que, numa partida, o fundamental é identificar a disposição das peças e as regras do jogo num determinado momento, não interessando o percurso que as peças percorrem até chegar à condição atual.

Com efeito, a observação do analfabetismo funcional e analfabetismo no Brasil foi feito a partir dos anos de 2001 até 2020. Os gráficos e planilhas dos indicadores panorâmicos a respeito das taxas de alfabetismos funcionais no Brasil, foram compilados, analisados e gerados no *Microsoft Office Excel*® 2016 – versão 2018. Como o *corpus* da pesquisa é oriundo de dados de uso e acesso/domínio público – INAF e OPNE, não houve apreciação de um Comitê de Ética, em conformidade com a Resoluções nº 466/12 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama da alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos no Brasil

87

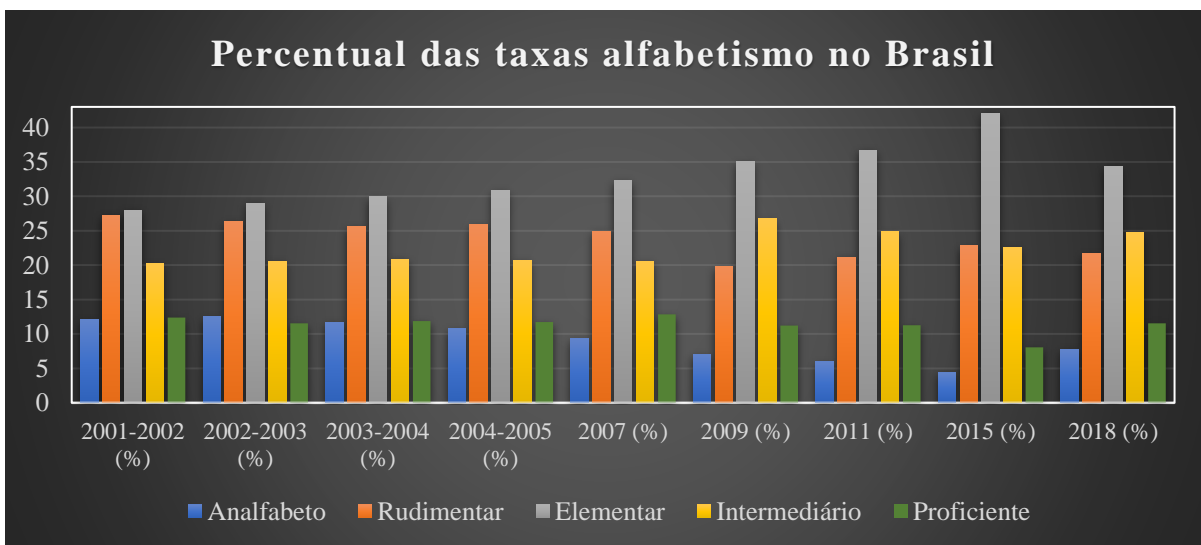
Para problematizarmos o panorama da alfabetização e alfabetismo funcional de jovens e adultos no Brasil, recorreremos ao INAF, que é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a Organização Não Governamental (ONG) Ação Educativa, realizada com o apoio do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) Inteligência e coordenada pela Conhecimento Social.

Diante do exposto, a plataforma foi uma das fontes a qual esta pesquisa se baseou. Os dados coletados da plataforma do INAF revelam que, desde 2001 até o ano de 2018, os índices de analfabetismo no país caíram acentuadamente, enquanto os níveis de alfabetismo no Brasil progrediram de categoria ano após ano. Nessa perspectiva, observamos que o analfabetismo caiu de 12%, nos anos de 2001 e 2002, para 8%, em 2015, ou seja, reduziu quatro pontos percentuais a menos. Outro dado que podemos observar é acerca da evolução dos níveis de alfabetismo da população brasileira em progresso: o nível rudimentar declinou de 27%, de 2001 a 2002, para 20% em 2009.

O nível elementar da população quase que dobrou. Entre 2001 e 2002, observamos um percentual de 28%, elevando-se para 42%, em 2015. Outro detalhe importante que devemos

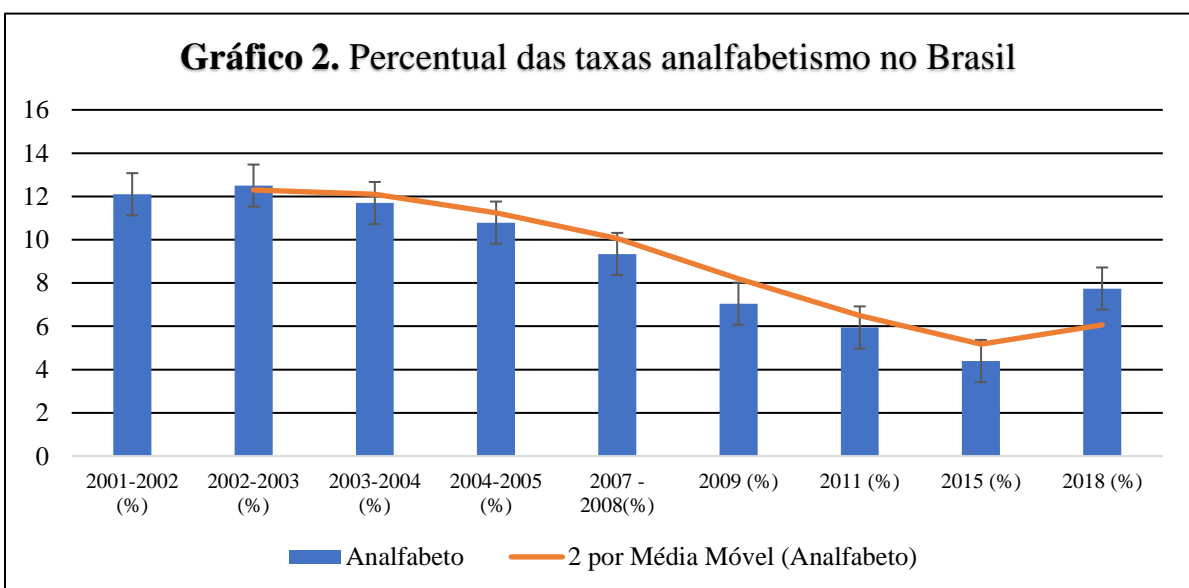
observar é o fato de os níveis intermediários e proficientes terem se mantido quase que estagnados ao longo do recorte sincrônico de 2001 a 2018: o nível intermediário teve percentual de 20%, entre 2001 e 2002, e quase não evoluiu em 2018, com 25%. Por fim, o nível proficiente oscilou e terminou declinando, entre 2001 e 2002, com 12%, se mantendo linear e declinando para 8%, em 2018. Dados disponíveis nos gráficos 1 e 2:

Gráfico 1. Percentual das taxas alfabetismo no Brasil, no recorte sincrônico de 2001 a 2018, de acordo com Indicador de Alfabetismo Funcional.



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do Inaf (2023), com acesso em 10 mar. 2023.

Já o gráfico 2 aponta para um declínio acentuado, de 2001 a 2018, das taxas de analfabetismo, com média móvel de 2 pontos percentuais ao longo do período:



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do Inaf (2023), com acesso em 10 mar. 2023.

Antes de prosseguir com a análise qualitativa, destaquemos os conceitos dos níveis de alfabetismo, de acordo com os postulados do INAF (2018), como ilustrado no quadro 1:

Quadro 1. Percentual das taxas alfabetismo no Brasil, com média móvel e erro relativo, no recorte sincrônico de 2001 a 2018, de acordo com o INAF.

Nível de alfabetismo	Conceito
Nível analfabeto	“São considerados analfabetos os indivíduos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela deles consiga ler números familiares como o do telefone, da casa, de preços etc.”
Nível rudimentar	“A pessoa com alfabetismo rudimentar é capaz de localizar informações explícitas, expressas de forma literal, em textos compostos essencialmente de sentenças ou palavras que exploram situações familiares do cotidiano. Além disso, consegue comparar, ler e escrever números familiares (horários, preços, cédulas/moedas, telefones) identificando o maior e o menor valor. Também tem aptidão para resolver problemas simples do cotidiano envolvendo operações matemáticas elementares e estabelecer relações entre grandezas e unidades de medida.”
Nível elementar	“É considerado alfabetizado em nível elementar o indivíduo capaz de selecionar, em textos de extensão média, uma ou mais unidades de informação, observando certas condições e realizando pequenas inferências. Ele também resolve problemas envolvendo operações básicas com números da ordem do milhar, que exigem certo grau de planejamento e controle. O alfabetizado funcional em nível elementar tem condição de comparar e relacionar informações numéricas ou textuais expressas em gráficos ou tabelas simples envolvendo situações de contexto cotidiano doméstico ou social. Reconhece, ainda, o significado de uma representação gráfica de direção e/ou sentido de uma grandeza.”
Nível intermediário	É considerado alfabetizado no nível intermediário o indivíduo capaz de localizar informação expressa de forma literal em textos diversos (jornalístico e/ou científico) realizando pequenas inferências. Ele também está apto a resolver problemas matemáticos envolvendo porcentagem e proporção, que exigem critérios de seleção, elaboração e controle. Além disso, o alfabetizado intermediário interpreta e elabora síntese de textos diversos (narrativos, jornalísticos ou científicos), relacionando regras com casos particulares, reconhece evidências e argumentos e confronta a moral da história com a própria opinião ou com o senso comum. Por fim, ele reconhece o efeito de sentido ou estético de escolhas lexicais ou sintáticas, de figuras de linguagem ou de sinais de pontuação.
Nível proficiente	“O indivíduo proficiente, no topo da escala de alfabetismo funcional, elabora textos de maior complexidade (mensagem, descrição, exposição ou argumentação) com base em elementos de um contexto dado e opina sobre o posicionamento ou estilo do autor do texto. É capaz de interpretar tabelas e gráficos envolvendo mais de duas variáveis, compreendendo a representação de informação quantitativa (intervalo, escala, sistema de medidas) e reconhecendo efeitos de sentido (ênfases, distorções, tendências, projeções). A pessoa proficiente também está apta a resolver situações-problema relativas a tarefas de contextos diversos, que envolvem diversas etapas de planejamento, controle e elaboração e que exigem retomada de resultados parciais e o uso de inferências.”

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do Inaf (2018).

Os dados apresentados no gráfico 2 apontam um declínio da taxa de analfabetismo no Brasil, de 2001 a 2018. Conforme podemos verificar, o quantitativo está decrescendo até o ano de 2015, com uma nova elevação até 2018. Esse declive pode ser atribuído à criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Com efeito, os PCNs foram desenvolvidos no Brasil na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. As ideias e intensões presentes nos PCNs eram de subsidiar diretrizes e orientações para o ensino fundamental e médio em todo o país (MENEZES, 2001; MOREIRA, 1996; BRASIL, 1997).

Os PCNs foram elaborados por uma equipe de especialistas em educação, que trabalharam em colaboração com o Ministério da Educação. Foram realizados estudos, consultas e debates com professores, gestores educacionais, pesquisadores e outros profissionais da área, a fim de construir um documento que contemplasse as diferentes realidades e demandas da educação no Brasil. O processo de elaboração dos PCNs foi longo e complexo. O documento final foi publicado em 1997 e apresentava orientações para as áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira Moderna e Ensino Religioso (BRASIL, 1997).

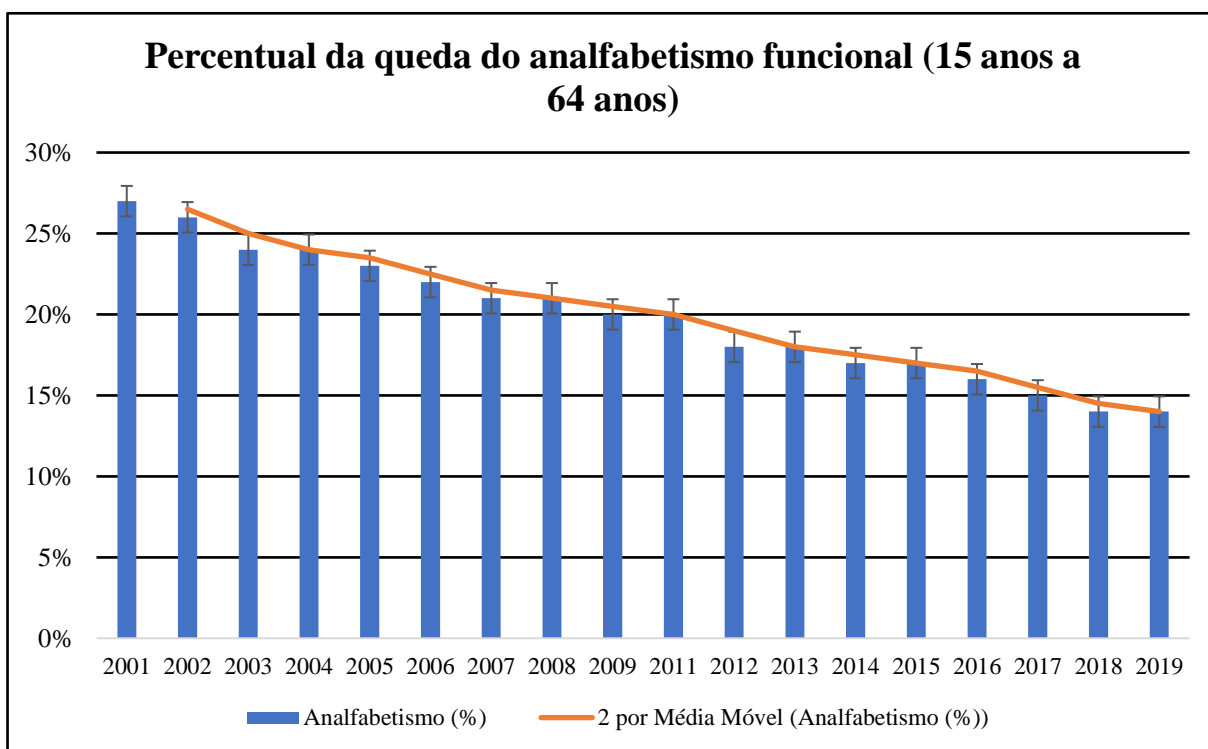
A partir da sua criação, os PCNs foram adotados como referência nacional para a elaboração de currículos escolares e planejamento de aulas. A implementação das PCNs, após a promulgação da LDB, deu um novo horizonte, um novo rumo para a educação brasileira. Por meio dos PCNs, são devolvidas à população a dignidade, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade pela vida social etc. (MENEZES, 2001; MOREIRA, 1996; BRASIL, 1997). Os PCNs foram criados com duas faces distintas de uma mesma moeda, na qual de um lado observamos o intuito de respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas, da população residente no país, e do outro com o objetivo de construir referenciais nacionais comuns ao processo educativo em todo o Brasil (BRASIL, 1997).

Os PCNs buscam criar condições, nas instituições de ensino, que permitam aos alunos terem acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania, ou seja, uma educação para além da sala de aula. Assim, os PCNs deixam de lado os velhos conteúdos programáticos, distantes do cotidiano das massas, para oferecer aos alunos condições de assimilação do desenvolvimento das novas linguagens e conquistas tecnológicas e científicas (BRASIL, 1997).

É objetivo também dos PCNs não enfatizar mais a assimilação dos conteúdos em si, mas a máxima agora é “aprender a aprender”, para que os alunos assim possam acompanhar o ritmo vertiginoso do progresso (MENEZES, 2001; MOREIRA, 1996; BRASIL, 1997). Visando atualizar o documento, os PCNs passaram por algumas revisões ao longo dos anos, em resposta a mudanças na legislação educacional e na sociedade em geral (BRASIL, 1997).

Retomando a análise do panorama relativo ao analfabetismo funcional no Brasil, passemos a análise do gráfico 3, que destaca o declínio da variável supramencionada, no período de 2001 a 2019, de acordo com os dados coletados no OPNE. No período investigado houve um declínio do analfabetismo funcional, entre os jovens a partir dos 15 anos ou mais de idade, com taxas que variaram de 27%, em 2001, para 14%, em 2019.

Gráfico 3. Percentual da queda do analfabetismo funcional da população de 15 anos a 64 anos, no recorte sincrônico de 2001 até 2019, de acordo com OPNE (2023).¹²



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do Observatório do Plano Nacional de Educação (2023). Acesso em: 20 mar. 2023.

Podemos atrelar o fato da queda constante dos indicadores de analfabetismo no Brasil, como mostrado no gráfico acima, à eficácia, à eficiência da LDB, bem como à

¹² Essa variável expressa, de acordo com o OPNE, “o indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), fruto de uma parceria entre a ONG Ação Educativa e o Instituto Paulo Montenegro e que mede os níveis de Alfabetismo da população brasileira de 15 a 64 anos.”

responsabilidade que o país está tendo em aderir ao um de seus princípios que é o da universalização da educação no Brasil. Passemos agora a discutir qualitativamente a importância da Lei Federal 9.394/1996 e tudo que ela representa para a população brasileira.

A LDB foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 e é considerada uma das principais leis educacionais do país. A seguir, apresentamos um relato completo sobre a Lei de Diretrizes e Bases, sua importância e como ela tem ajudado a reduzir os indicadores negativos na área de educação.

O que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional?

A lei 9.394/96, conhecida pela sigla LDB, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional brasileira. Ela estabelece as normas que regem a organização do sistema educacional brasileiro, desde a educação infantil até a pós-graduação. A LDB é composta por 92 artigos que definem os objetivos da educação nacional, as políticas públicas de educação, a organização dos sistemas de ensino, as formas de financiamento da educação, entre outras questões.

Qual é a importância da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional?

A LDB é considerada uma das leis mais importantes da educação brasileira porque estabelece as bases para o desenvolvimento da educação no país. Ela define os objetivos da educação nacional e estabelece as diretrizes para a organização do sistema educacional. Além disso, a LDB também é importante porque define as políticas públicas de educação, estabelece as formas de financiamento da educação e estabelece as regras para a organização dos sistemas de ensino.

Como a LDB tem ajudado a reduzir os indicadores negativos na área de educação?

A LDB tem ajudado a reduzir os indicadores negativos na área de educação porque estabelece as bases para a melhoria da qualidade do ensino. Algumas das formas como a LDB têm contribuído para a melhoria da educação no Brasil são:

Propõe o estabelecimento de objetivos claros para a educação: A LDB define os objetivos da educação nacional e estabelece as diretrizes para a organização do sistema educacional. Isso ajuda a orientar as políticas públicas de educação e a garantir que a educação seja voltada para o desenvolvimento dos alunos e da sociedade como um todo.

Define políticas públicas de educação: A LDB estabelece as políticas públicas de educação que devem ser adotadas pelos governos para garantir o acesso universal à educação, a qualidade do ensino e a valorização dos profissionais da educação.

Preconiza as formas de financiamento da educação: A LDB estabelece as normas de financiamento da educação e define as responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal na garantia do financiamento da educação. Isso ajuda a garantir que os recursos financeiros necessários para a melhoria da educação sejam disponibilizados.

Regulamenta a organização dos sistemas de ensino: A LDB estabelece as regras para a organização dos sistemas de ensino, definindo as competências.

Diante do exposto, podemos afirmar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é uma lei fundamental para a organização e funcionamento da educação no Brasil. Ela estabelece as bases para a construção de um sistema educacional mais justo, inclusivo e de qualidade, contribuindo para a redução dos indicadores negativos na área de educação e para o desenvolvimento social e econômico do país. Podemos também afirmar que os indicadores, expresso nos gráficos 1, 2 e 3, que evidenciam o declínio das taxas de analfabetismo no Brasil, bem como a inclinação da população alfabetizada funcionalmente, estão ligados também à criação das (DCNs), que foi criada a partir da LDB.

Portanto, as DCNs são um conjunto de orientações que definem as bases e os princípios para a elaboração dos currículos de todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil. As DCNs são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e têm como objetivo garantir a qualidade da educação oferecida em todo o país, além de promover a equidade e a diversidade no processo educativo. As DCNs são importantes porque garantem a coerência e a unidade da educação em todo o território nacional. Elas estabelecem as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes em cada etapa da educação básica e superior, bem como os conteúdos que devem ser abordados em cada disciplina (BRASIL, 2013).

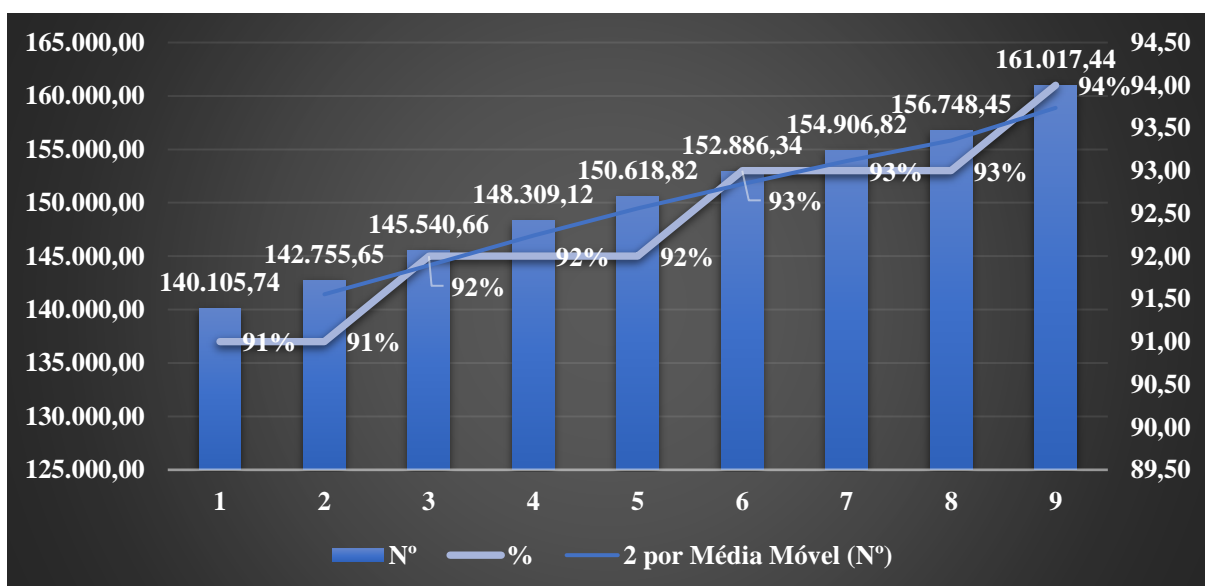
Além disso, as DCNs promovem a diversidade e a inclusão no processo educativo. Elas orientam a elaboração de currículos que considerem as diferenças regionais, culturais, socioeconômicas e étnico-raciais do país, além de garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. As DCNs também têm contribuído para a redução dos indicadores negativos na área de educação. Ao estabelecerem as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes em cada etapa da educação. Nesse sentido, esse documento ajuda na garantia de que os alunos tenham acesso a uma formação de qualidade e estejam preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo (BRASIL, 2013).

Além disso, as DCNs têm contribuído para a redução da evasão escolar e para a melhoria do desempenho dos estudantes em avaliações nacionais e internacionais. Isso ocorre porque os currículos elaborados com base nas DCNs levam em conta as características e necessidades dos alunos, tornando o processo educativo mais atrativo e significativo para eles. Outro benefício dessas diretrizes diz respeito a sua contribuição para a formação de cidadãos críticos e reflexivos. Elas orientam a elaboração de currículos que estimulem o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da capacidade de resolver problemas, habilidades essenciais para a formação de indivíduos conscientes e participativos na sociedade (BRASIL, 2013).

Com efeito, as Diretrizes Curriculares Nacionais são fundamentais para garantir a qualidade e a equidade da educação no Brasil. Elas têm contribuído para a redução dos indicadores negativos na área de educação, ao promoverem a diversidade, a inclusão e a formação de cidadãos críticos e reflexivos. As DCNs são, portanto, uma importante ferramenta para garantir o desenvolvimento social e econômico do país (BRASIL, 2013).

Dando continuidade à nossa análise panorâmica dos dados obtidos pelas plataformas investigativas, passemos a discutir os indicadores coletados a partir da fonte OPNE, ilustrados no gráfico 4:

Gráfico 4. Números reais e percentuais de alfabetização da população brasileira de 15 anos ou mais, no recorte sincrônico de 2012 a 2020, de acordo com OPNE (2023)¹³.



Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado do Observatório do Plano Nacional de Educação (2023). Acesso em: 20 mar. 2023.

¹³ Essa variável indica, de acordo com o OPNE, “expressa o número de pessoas com 15 anos ou mais que autodeclararam saber ler e escrever em relação à população total dessa faixa etária.”

Consoante podemos verificar, o gráfico 4 revela um aumento exponencial e inconstante da população, de 15 anos ou mais, alfabetizada no Brasil, no recorte sincrônico de 2012 a 2019. O que chama a atenção no gráfico supra ilustrado é que em 2012 a população alfabetizada passou, de 91%, em 2012, para 94%, em 2020. Esse crescimento foi de 2 pontos percentuais para mais e 2 pontos percentuais para menos, no limite da margem de erro. Poderíamos atribuir a evolução desse indicador de alfabetismo, ano após ano, à implementação do Plano Nacional de Educação.

Diante das afirmativas, o PNE é uma política pública de longo prazo que foi criada, visando atender a constituição de 1988, para orientar as ações do Estado brasileiro na área de educação pelos próximos dez anos. O PNE foi instituído pela Lei nº 13.005/2014 e tem como objetivo principal melhorar a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, buscando garantir a todos os brasileiros o acesso a uma educação de qualidade (BRASIL, 2014).

A importância do Plano Nacional de Educação

O PNE é importante por diversas razões. Em primeiro lugar, ele estabelece diretrizes claras para a educação brasileira, orientando ações em áreas como a formação de professores, o financiamento da educação, a infraestrutura escolar, a inclusão de pessoas com deficiência, a educação integral e a valorização da diversidade. Além disso, o PNE é um instrumento de mobilização social, pois envolveu amplos setores da sociedade na sua construção e implementação, desde a elaboração do projeto de lei até a definição das metas e estratégias. Esse Plano também é importante porque tem a capacidade de orientar a ação dos governos em relação à educação, independentemente da troca de mandatos políticos, pois ele estabelece um compromisso de Estado com a educação (BRASIL, 2014).

A relação do PNE com a redução dos indicadores negativos na área de educação

Desde a criação do PNE, já foram registrados avanços importantes na área de educação no Brasil, com a redução de alguns indicadores negativos. Um exemplo disso é o aumento do acesso à educação infantil, que passou de 81,4% em 2014 para 87,2% em 2019, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Outro avanço importante foi a redução do número de crianças e jovens fora

da escola. De acordo com o Inep, em 2014 havia 3,6 milhões de crianças e jovens entre 4 e 17 anos fora da escola. Em 2019, esse número caiu para 2,2 milhões.

Também houve avanços na área de ensino médio, com a aprovação da Lei Federal nº 13.415/2017, que reformulou essa etapa de ensino e estabeleceu a obrigatoriedade de uma educação em tempo integral. No entanto, ainda há muito a ser feito para que as metas do PNE sejam alcançadas até 2024. Entre os desafios estão a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação, a ampliação do acesso à educação superior e a promoção da equidade racial, de gênero e de condição socioeconômica (BRASIL, 2014).

Outro marco para a educação e que poderia nos ajudar a fomentar a queda dos indicadores de analfabetismo, de 2017 para 2020, e a elevação do alfabetismo funcional do Brasil é a elaboração da BNCC. Temos, então, demonstrado nos gráficos 1, 2, e 3 curvas que evidenciam a queda do analfabetismo e o aumento do alfabetismo funcional, no Brasil, no período supramencionado.

Neste contexto, a Base Nacional Comum Curricular foi criada a partir de uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) do Brasil em 2015, como parte do processo de implementação da reforma do Ensino Médio. A elaboração da BNCC foi coordenada por uma equipe técnica do MEC e envolveu um amplo processo de consulta pública, que contou com a participação de especialistas, professores, estudantes, pais e demais interessados (BNCC, 2018).

O processo de elaboração da BNCC durou cerca de três anos e contou com a participação de diversos atores sociais, entre eles, pesquisadores e professores de universidades e escolas brasileiras, representantes de entidades educacionais, membros do CNE e de outros órgãos governamentais. O documento final da BNCC foi homologado em dezembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação, após ampla discussão e análise de sugestões e críticas apresentadas durante o processo de consulta pública. Desde então, a BNCC passou a ser um documento normativo obrigatório para todas as escolas brasileiras, que devem adaptar seus currículos e planos de ensino para atender às suas orientações (BNCC, 2018).

A BNCC é um documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos brasileiros devem desenvolver ao longo de sua vida escolar, desde a educação infantil até o ensino médio. A importância desse documento está na sua capacidade em garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de onde vivam ou estudem. Ela define um conjunto de habilidades e competências que todos os

estudantes devem desenvolver ao longo de sua educação básica, o que ajuda a garantir que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e que estejam preparados para a vida em sociedade (BNCC, 2018).

Além disso, essa Base Nacional Comum Curricular tem ajudado a reduzir os indicadores negativos na área de educação ao estabelecer objetivos claros e mensuráveis para o aprendizado dos alunos. Com ela, é possível avaliar com mais precisão o desempenho dos estudantes e das escolas, o que ajuda a identificar e corrigir as deficiências na educação brasileira. Outra contribuição importante é a possibilidade de alinhar a formação dos professores e as políticas educacionais dos diferentes estados e municípios do Brasil. Com um conjunto comum de objetivos e competências, é possível garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de onde vivam ou estudem. Por fim, a BNCC também promove uma educação mais inclusiva, que respeita a diversidade cultural, social e individual dos alunos. Ela valoriza a formação integral dos estudantes, com um enfoque em habilidades socioemocionais, como a empatia, o respeito, a solidariedade e a responsabilidade (BNCC, 2018).

Nesse sentido, é possível resumir que a BNCC é composta por um conjunto de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser alcançados pelos alunos brasileiros em cada etapa da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O documento é organizado em áreas de conhecimento, que abrangem disciplinas como matemática, língua portuguesa, ciências, história, geografia, entre outras. Com efeito disso, a BNCC representa uma conquista importante para a educação brasileira, ao estabelecer um conjunto comum de objetivos e competências para todos os alunos do país. Ela ajuda a garantir a igualdade de oportunidades, a reduzir os indicadores negativos na área de educação, a alinhar a formação dos professores e as políticas educacionais dos diferentes estados e municípios e a promover uma educação mais inclusiva e integral (BNCC, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, portanto, que com todos os documentos criados e implementados: os PCNs, a LDB, os DCNs, o PNE e a BNCC, a educação transfiguraram-se em uma nova realidade para a população brasileira. Diante disso, todas as políticas públicas criadas fomentam uma possibilidade de universalização da educação no Brasil, garantindo acesso para toda a população independente de sua etnia, condição social, faixa etária, sexo etc. Os documentos visam estabelecer a equidade, universalidade, acessibilidade, dentre outros

benefícios, para todos os brasileiros. Vale ressaltar que mesmo os indicadores expostos nos gráficos 1, 2, 3 e 4, sejam otimizadores, a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, que atinja a todos indistintamente, deve continuar, até que os indicadores de analfabetismo sejam zerados e os de alfabetismo funcional atinjam a totalidade da população com mais de oito anos de idade, conforme previsto no Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf)**: estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: https://alfabetismofuncional.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Inaf2018_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares_vo8Ago2018.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

ALMEIDA, Vasni. História da educação: narrativas de suas trajetórias. In: ALMEIDA, Vasni. **História da Educação e métodos de aprendizagem em ensino de História**. a (org.). – Palmas/TO: EDUFT, 2018.

BARBOSA, José Roberto Alves. **Linguística**: outra introdução. Mossoró, RN: Queima-Bucha, 2013.

BRASIL. lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF: 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF: 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília – DF: 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC,

SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / **Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

DOURADO, Benvinda Barros. O ensino secundário na antiga região norte de Goiás (atual Tocantins): das aulas avulsas ao Ginásio Estadual de Porto Nacional. In: ALMEIDA, Vasni. **História da Educação e métodos de aprendizagem em ensino de História**. a (org.). – Palmas/TO: EDUFT, 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INAF – **Indicador de Alfabetismo Funcional** – plataforma virtual. Disponível em: <https://alfabetismofuncional.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MACÊDO JÚNIOR, Adriano Menino; MEDEIROS, Andreza Mirella Enéas; SILVA, Deyse Dayane Dantas Freire; SILVA, Jhuliete Duarte. Notas sobre as leis das diretrizes e bases da educação brasileira. **Humanum Sciences**, v. 3, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.sapientiae.com.br/index.php/humanumsciences/article/view/146/104>. Acesso em: 13 mar. 2022.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em: 17 mar 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Os parâmetros curriculares nacionais em questão. **Educação & Realidade**, v. 21, n. 1, 1996.

PADOVAN, Regina Célia. A escola primária em Boa Vista do Tocantins: particularidades da instrução pública em Goiás no século XIX. In: ALMEIDA, Vasni. **História da Educação e métodos de aprendizagem em ensino de História**. a (org.). – Palmas/TO: EDUFT, 2018.